

O capital na fronteira: explorando as raízes da acumulação primitiva na zona de influência do Parque Nacional do Jamanxim, Pará, Brasil

Capital on the frontier: exploring the roots of primitive accumulation in the zone of influence of the Jamanxim National Park, Pará, Brazil

Capital en la frontera: explorando las raíces de la acumulación primitiva en la zona de influencia del Parque Nacional Jamanxim, Pará, Brasil

Antônio Rodrigues Silva Júnior

Mestre em Gestão de Risco e Desastres Naturais na Amazônia e Doutorando em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Policial Militar do Batalhão de Polícia Ambiental do Estado do Pará (BPA/PM-PA).
silvajuniorgo@yahoo.com.br / <http://orcid.org/0000-0002-5174-3969>

André Cutrim Carvalho

Doutor em Desenvolvimento Econômico e Pós-Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – IE/UNICAMP. Professor-pesquisador da Faculdade de Ciências Econômicas (FACECON) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM/NUMA/UFPA.
andrecc83@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-0936-9424>

Iryem Gabriel Santos Monteiro

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pará – UFPA.
irvyemg19@gmail.com / <http://orcid.org/0009-0005-6906-6002>

Recebido: 02/02/2024; Aceito: 20/02/2024; Publicado: 18/12/2024.

RESUMO

A presente abordagem sobre acumulação primitiva do capital parte da compreensão de que esse processo histórico social não representa somente o início do modelo de produção capitalista, mas sua recriação, que condiciona a expansão desse modelo econômico de maneira ampliada na contemporaneidade. Esse entendimento é apresentado a partir da concepção de fronteira enquanto categoria analítica, do ponto de vista de conflitos, expropriações e sujeição à reprodução do capital através da força de trabalho e sob o aporte metodológico exploratório. O objetivo deste artigo, portanto, é demonstrar como a cooptação da força de trabalho e sua operacionalização se configuram na fronteira do Estado do Pará, por meio de atividades de exploração de recursos naturais extraídos do Parque Nacional do Jamanxim, com o intuito de evidenciar o imperativo da acumulação primitiva do capital. A principal conclusão é que os atores sociais que detêm os recursos financeiros e meios de produção exploram um contingente considerável de marginalizados que possuem somente a força de trabalho e se sujeitam a quaisquer condições para sua subsistência.

Palavras-chave: Acumulação Primitiva; Fronteira; Expropriação; Parque Nacional do Jamanxim.

ABSTRACT

The present approach to the primitive accumulation of capital is based on the understanding that this historical social process does not only represent the beginning of the capitalist production model, but its recreation that conditions the expansion of this economic model in an expanded way in contemporary times. This understanding is presented from the conception of frontier as an analytical category, from the point of view of conflicts, expropriations and subjection to the reproduction of capital through the labor force and under the exploratory methodological framework. The aim of this article, therefore, is to demonstrate how the co-optation of the labor force and its operationalization take shape on the frontier of the State of Pará, through activities of exploitation of natural resources extracted, especially from the Jamanxim National Park, in order to highlight the imperative of the primitive accumulation of capital. The main conclusion is that the social actors who own the financial resources and means of production exploit a considerable contingent of marginalized people who have only the labor force and are subject to any conditions for their subsistence.

Keywords: Primitive Accumulation ; Frontier; Expropriation; Jamanxim National Park.

RESUMEN

El enfoque actual de la acumulación primitiva de capital se basa en el entendimiento de que este proceso social histórico no solo representa el inicio del modelo productivo capitalista, sino también su recreación que condiciona la expansión de este modelo económico de manera expandida en la época contemporánea. Esta comprensión se presenta desde la concepción de la frontera como categoría analítica, desde el punto de vista de los conflictos, las expropiaciones y el sometimiento a la reproducción del capital a través de la fuerza de trabajo y bajo el marco metodológico exploratorio. El objetivo de este artículo, por lo tanto, es demostrar cómo se configura la cooptación de la fuerza de trabajo y su operacionalización se configuran en la frontera del Estado de Pará, a través de actividades de explotación de los recursos naturales extraídos, especialmente del Parque Nacional Jamanxim, con el fin de resaltar el imperativo de la acumulación primitiva de capital. La principal conclusión es que los actores sociales que poseen los recursos financieros y los medios de producción explotan a un contingente considerable de personas marginadas que sólo tienen la fuerza de trabajo y están sujetas a cualquier condición para su subsistencia.

Palabras clave: Acumulación Primitiva; Frontera; Expropiación; Parque Nacional Jamanxim.

INTRODUÇÃO

As relações sociais e suas interações com o meio ambiente no território do Estado do Pará, Brasil, em especial na sub-região do Vale do Jamanxim, onde fica localizado o Parque Nacional do Jamanxim (PARNA do Jamanxim), têm revelado um cenário de continuidade (ou recriação) do modelo de acumulação primitiva do capital, uma vez que as características das explorações dos recursos naturais, nessa categoria de unidade de conservação, evidenciam a ação de duas classes sociais bem distintas: a primeira refere-se aos *atores sociais* “mandatários”, isto é, uma elite fundiária, que dispõem de recursos financeiros e meios de produção; e a segunda é composta por um contingente considerável de *sujeitos sociais* marginalizados que possuem somente a força de trabalho e se submetem a quaisquer condições para conseguir os meios mínimos de subsistência.

Neste modelo, apresenta-se, de um lado, uma elite econômica detentora de grande massa de recursos e de relações políticas, frequentemente envolvida em interesses e favorecimentos, que influenciam diretamente na produção e no uso do território na região. Essa elite, por sua vez, dita as “regras do jogo” e determina como a massa operária deve agir para explorar os recursos naturais a qualquer custo. Do outro lado, encontra-se a grande massa popular operária, desprovida de quaisquer bens ou fontes de recursos além da sua própria força de trabalho, sujeitando-se aos riscos, à ilegalidade e às condições exploratórias análogas à escravidão. Esse cenário contemporâneo carrega em sua essência o histórico processo de acumulação primitiva do capital.

À luz do pensamento de Karl Marx, a acumulação primitiva do capital deve ser compreendida como um processo histórico, social, complexo e violento que cria a relação capital-trabalho à medida que expropria os trabalhadores e os separa dos meios de produção e subsistência, inserindo-os no sistema de ampliação do capital. Logo, discutir a acumulação do capital não é apenas retratar um episódio histórico da humanidade, mas sim evidenciar como essas relações se perpetuam até os dias atuais, sob uma perspectiva dinâmica que não ocorre de forma isolada, mas sim como um elemento importante que se integra ao modo de produção capitalista dominante no mundo.

Destarte, o modelo de desenvolvimento projetado para a Amazônia Legal até o presente momento, aportado na exploração dos recursos naturais sob a lógica de acumulação do capital, promove transformações significativas na produção do espaço, seja do ponto de vista socioeconômico, político, cultural e, sobretudo ambiental, pois se trata de um processo em sua essência, contraditório, ou seja, de mudanças que em sua plenitude não contemplam os anseios de todos. Além disso, ele tem sido revestido de ideologia política, o que em determinado tempo-espaço busca atender prioritariamente aos interesses de determinadas classes sociais, sobretudo as dominantes em áreas de fronteira, como é o caso da sub-região do Vale do Jamanxim, Sudoeste do Pará.

Como resultado dessa política de Estado, tanto no passado quanto no presente, observa-se um processo de territorialização de atividades econômicas. Essas atividades estão organizadas em polos, com destaque para a exploração de minérios, sobretudo de ouro, e madeira, em especial as espécies Ipê (*Handroanthus*), Jatobá (*Hymenaea courbaril*), Maçaranduba (*Manilkara huberi*). Esse processo implica, além da degradação ambiental, na exploração da força de trabalho dos sujeitos sociais marginalizados desse processo.

Nesse sentido, é comum os analistas e técnicos ambientais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com o apoio de órgãos da segurança pública (Polícia Federal, Força Nacional e a Polícia Militar Ambiental do Estado do Pará), se depararem com esses sujeitos, recrutados por este modo de acumulação primitiva, os

quais atendem rigorosamente às regras impostas pelos mandatários, inclusive de não revelar a identidade do responsável pela exploração quando flagranteados pela fiscalização.

É desse contexto introdutório que o presente artigo tem como principal objetivo demonstrar como a cooptação da força de trabalho e sua operacionalização se configuram na fronteira da sub-região do Vale do Jamanxim, Sudoeste do Estado do Pará, Brasil, por meio de atividades de exploração madeireira e de minério de ouro extraídos em especial do PARNA do Jamanxim, com fins de evidenciar o imperativo da acumulação primitiva do capital. Dessa maneira, busca-se contribuir no debate da acumulação primitiva do capital a partir da categoria teórica de fronteira, com enfoque na exploração dos recursos naturais no PARNA do Jamanxim.

Para tanto, adota-se uma pesquisa exploratória, no sentido de realizar levantamentos bibliográficos inerentes a livros, artigos científicos, teses e ordenamentos jurídicos legais, em função do problema que motivou a investigação e com vistas a proporcionar maior familiaridade com o problema para torná-lo explícito ou a construir hipóteses (GIL, 2002), sob o aporte da interdisciplinaridade que permeia as discussões ora apresentadas.

Para Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como principal finalidade apresentar uma abordagem conceitual que possibilite a formulação de novas concepções e esclarecimentos precisos acerca de problemas e hipóteses pesquisáveis, proporcionando uma visão mais ampla e, ao mesmo tempo, aproximativa do objeto de estudo, tornando-se passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.

A pesquisa exploratória consubstancia a aquisição de dados secundários, imagens e informações de fontes oficiais que foram trabalhadas para a confecção de mapas e tabelas, bem como utilizadas de maneira direta na estrutura do presente artigo e que subsidiam as discussões ora apresentadas.

Além disso, foi realizada uma entrevista semiestruturada, com um representante legal do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), unidade especializada em meio ambiente da Polícia Militar do Estado do Pará, com fins de levantar maiores informações acerca da dinâmica de atuação dos cidadãos infratores na exploração de minério de ouro e madeira, bem como do cenário inerente às condições de trabalho presenciadas nas operações de fiscalização ambiental realizadas no PARNA do Jamanxim.

Na concepção de Rosa *et al.* (2008), a entrevista semiestruturada possibilita a inclusão de roteiros anteriormente não previstos sempre que o diálogo com o entrevistado revela novas informações interessantes do ponto de vista da expansão do problema do objeto de estudo. Dessa maneira, por ser uma decisão metodológica flexível ou mesmo

uma técnica de coleta de dados mais precisos, proporciona a obtenção de riqueza informativa intensiva, holística e contextualizada para o esclarecimento de uma variedade de problemas.

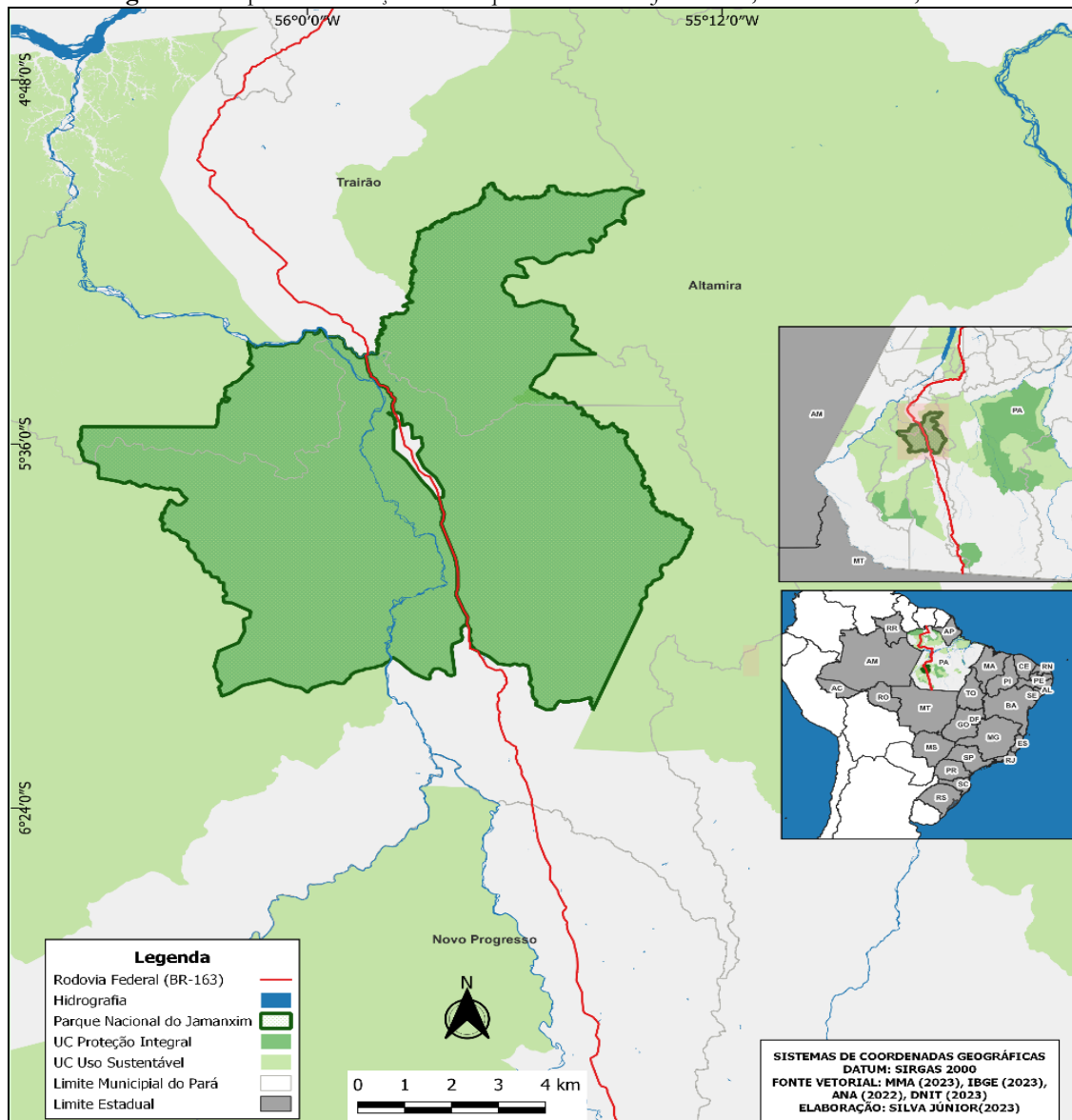
Breve caracterização do Parque Nacional do Jamanxim, Estado do Pará, Brasil

A pesquisa tem como locus de estudo a fronteira da sub-região Vale do Jamanxim, a qual integra a Zona Oeste do Zoneamento Ecológico Econômico da BR-163, no Estado do Pará, com ênfase no Parque Nacional do Jamanxim (PARNA do Jamanxim), categoria de unidade de conservação do grupo de proteção integral, localizada nos municípios de Itaituba e Trairão no Estado do Pará, compreendendo as duas margens da rodovia BR-163 (Cuiabá-MT a Santarém-PA) e, por conseguinte, fazendo a conexão entre os dois lados da rodovia, como pode ser visto através da Figura 1 (ICMBio, 2021).

O PARNA do Jamanxim foi criado pelo Decreto Federal s/n de 13, de fevereiro de 2006, com o objetivo principal de preservar os ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica da região, possibilitando, também, a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Com uma área de 851.754 hectares e aproximadamente 835,54 km de perímetro, o PARNA do Jamanxim faz parte de um mosaico de áreas protegidas instituídas na região sudoeste do Estado do Pará e abriga espécies importantes da fauna amazônica, em razão de endemismo, raridade e vulnerabilidade que apresentam. Entre as espécies endêmicas observadas na região, citam-se os primatas souim-branco (*Mico leucippe*) e cuamba (*Ateles marginatus*), a ariranha (*Pteronura brasiliensis*), a Jacupiranga (*Penelope pileata*), a arara azul (*Anodorhynchus hyacinthinus*), a ararajuba (*Guaruba guarouba*), a anta (*Tapirus terrestris*), o tatu-canastra (*Priodontes maximus*), o sapo (*Atelopus spumarius*), doninha-amazônica (*Mustela africana*), gavião-tesoura (*Elanoides forficatus*) e outros (ICMBio, 2021).

Figura 1 – Mapa de localização do Parque Nacional do Jamanxim, Estado do Pará, Brasil



Fonte: MMA (2023), IBGE (2023), DNIT (2022) e ANA (2023). Elaboração: Silva Júnior (2023).

Por se tratar de um território protegido localizado em zona de fronteira, o PARNA do Jamanxim sofre forte pressão de atividades econômicas de uso do solo, como a pecuária, e de exploração dos recursos naturais, como madeira e minério que operam em sua maioria de maneira ilegal.

Fronteiras em expansão: o papel histórico da acumulação primitiva no desenvolvimento capitalista

Entendida como um processo histórico, a acumulação primitiva do capital, apresentada por Marx (2013) no capítulo XXIV do Livro I, Volume I – Tomo 2, da sua

Magnum opus O Capital, intitulado: “A assim chamada acumulação primitiva”, procura abordar como ocorreu a acumulação do capital necessária para o início do processo de produção capitalista. Essa acumulação é considerada primitiva pelo fato de anteceder a história do capital e do modo capitalista de produção.

Marx (2013) argumenta que a acumulação primitiva do capital tem suas bases históricas na divisão de classes sociais sob uma perspectiva econômica. De um lado, há uma classe dominante detentora dos meios de produção e dos recursos, considerada rica. Do outro, encontra-se uma ampla massa operária sem propriedades, vista como pobre, cuja única fonte de manutenção é sua força de trabalho.

Para Marx (2013), é essa separação do trabalhador dos meios de trabalho, aliada à transformação dos meios de produção e de subsistência em capital, que fundamenta a conversão do dinheiro em capital. Nesse contexto, é importante destacar que, para o devido funcionamento do sistema capitalista, é essencial a existência prévia de uma grande massa de capital nas mãos de uma pequena elite. Essa elite determinará as diretrizes do sistema, explorando a mão de obra de trabalhadores livres desprovidos dos meios de produção.

Marx (2013) descreve o processo histórico de (re)configuração da produção pelos latifundiários feudais ingleses, enfatizando como eles expropriaram violentamente os produtores rurais de seus *enclosures* (cercamentos). Essa ação criou a relação capital-trabalho, submetendo a classe de trabalhadores rurais a condições impostas pelos proprietários de terras.

Na época, esses indivíduos desfavorecidos não conseguiriam garantir a sua própria subsistência, a não ser vendendo sua força de trabalho ao capitalista. É nesse contexto que Karl Marx irá analisar a gênese do sistema capitalista, que teve como precursor o sistema de produção feudal, no qual os camponeses possuíam direito a uma determinada quantidade de terra para trabalhar (meios de produção), o que não era do interesse dos grandes proprietários de terras, pois esse segundo grupo necessitava de mão de obra que trabalhasse em suas terras, além de desejar mais terras para si, sobretudo com o desenvolvimento das manufaturas de lã estrangeiras.

Desse modo, ao longo dos anos, os camponeses foram expropriados de suas terras de maneira violenta, sendo forçados a oferecer sua força de trabalho no mercado. Entretanto, nem todos foram absorvidos de forma rápida e uniforme pelo emergente mercado de trabalho, e muitos se tornaram mendigos e vadios. Posteriormente, foram punidos por leis severas, criadas e aplicadas pelos mesmos grupos que os privaram das terras que outrora lhes pertenciam.

Do ponto de vista histórico, observa-se que, no modo de produção feudal tardio, os metais preciosos e outras formas de dinheiro assumiram maior importância como garantidores de riqueza, substituindo a posse de terras e servos, anteriormente predominantes, para as elites dominantes. Com a expansão das navegações e das atividades manufatureiras, bem como o surgimento e a expansão de novos mercados, a importância do dinheiro ganha muito mais relevância, transformando-se em capital.

Através desse capital, busca-se a obtenção do mais-valor e, conseqüentemente, do capital acumulado. Contudo, essa nova necessidade de acúmulo monetário não elimina a importância da acumulação de terras, pois para gerar mais-valor, o capital monetário precisa ser investido em atividades lucrativas. Assim, para que ocorra a geração desse mais-valor, é necessária uma grande quantidade de capital e de exploração da força de trabalho, criando um “círculo vicioso”, conforme Marx (2013, p. 785) ilustra em sua obra “O Capital” quando afirma: “Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação ‘primitiva’ (*previous accumulation*, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida”.

Baseando-se em anedotas para explicar o trabalho humano, como na teologia quando Adão pecou ao morder a maçã e o homem foi destinado a comer o pão com o suor do seu rosto, a história do pecado original econômico tem sido desmitificada ao mostrar que nem todos tiveram esse destino. Sendo assim, é explicado que em uma época muito distante havia uma elite com alto poder aquisitivo, militar e político que acumulava riquezas e uma população de desfavorecidos destinados a vender sua própria força de trabalho, como observa Marx (2013, p.785): “Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele”. Partindo desse princípio, é datada a pobreza de grande parte da população e a riqueza para a minoria.

Inicialmente, dinheiro e mercadoria precisam ser transformados em capital. No entanto, isso requer que duas classes diferentes de possuidores de mercadorias se confrontem e tenham contato, sendo estas: os possuidores dos meios de produção e de subsistência, ou seja, possuidores do dinheiro, que por meio dele compra força de trabalho, e trabalhadores livres (desvinculados dos meios de produção), que vendem sua própria força de trabalho.

Esses elementos são condições fundamentais do modo de produção capitalista, que dissocia o trabalhador dos meios de produção. Para Marx (2013, p. 786): “A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de

realização do trabalho”. Assim, a produção capitalista conserva e reproduz em escalas maiores essa separação.

Percebe-se, desta forma, que a produção capitalista afasta o trabalhador das suas condições de trabalho, e os produtores diretos tornam-se assalariados, ao mesmo tempo em que os meios de subsistência e de produção se tornam capital. Assim, a chamada “acumulação primitiva” é um processo considerado primitivo porque acontece antes do capital e do seu modo de produção correspondente: a produção capitalista.

Essa desvinculação do trabalhador aos meios de produção, perpetrada ainda no sistema feudal, logo deu força ao surgimento do sistema econômico capitalista. Nas palavras de Marx (2013, p. 786): “A estrutura econômica capitalista, surgiu da estrutura econômica feudal. A dissolução desta última liberou os sentimentos daquela”. Dessa forma, para Marx (2013, p. 786), o processo da chamada acumulação primitiva ocorre da seguinte maneira:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação do produtor e o meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

No sistema feudal, existia o produtor direto que trabalhava para a gleba, além de ser servo e vassalo para outros; esse também tinha compromisso com as corporações de acordo com seus trabalhos de aprendizes e oficiais. Porém, para que esse trabalhador pudesse ser verdadeiramente livre e vendedor de sua força de trabalho, disponibilizando-a no mercado, era necessário que ele estivesse livre de todos os compromissos de trabalho e desprovido de meios de produção que garantissem sua subsistência. Esses meios foram retirados de forma violenta por meio de expropriações.

De fato, para os capitalistas industriais se firmarem no poder, eles precisavam lutar, para diminuir o domínio dos senhores feudais detentores de muitos privilégios, bem como o poder das corporações que colocavam barreiras ao “(...) livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem”, como recorda Marx (2013, p. 757). Na medida em que se colocaram no poder, o segundo passo foi subjugar e transformar o trabalhador feudal em trabalhador assalariado por meio da exploração capitalista, que teve início por volta do século XV.

Destarte, a acumulação primitiva nada mais é do que a sucessão de transformações que ocorrem até chegar ao processo de produção capitalista, em que vários indivíduos foram despojados dos seus meios de produção, sem possibilidades de garantir sua própria

subsistência, a não ser colocarem suas forças de trabalho no mercado e transformarem-se em proletariados, tendo como sustentação desse processo a expropriação da terra dos camponeses, que ocorreu de modo peculiar em cada país e em momentos históricos diferentes, com sua forma clássica na Inglaterra, inclusive se manifestando também nos dias atuais como no caso da Amazônia brasileira, em especial na fronteira da sub-região do Vale do Jamanxim no Estado do Pará.

Do passado ao presente: a saga da expropriação rural na fronteira

Outro traço característico da acumulação primitiva, observado no período de transição do modo de produção feudal para o capitalista, é sua persistência e continuidade, que se mantém até os dias atuais, evidente nas dinâmicas de fronteira da Amazônia brasileira, manifestando-se na forma de expropriação de terras. No período de transição para o capitalismo, houve acumulação de capital mediante expropriação de terras comunais e de pequenos proprietários de terra, processo que permitiu que houvesse uma massa de capital acumulado nas mãos de uma elite burguesa e assim fosse possível constituir e fazer prosperar o capitalismo, primeiramente na Inglaterra, Europa e, posteriormente, por todo o mundo.

Por volta dos séculos XIV e XV, o continente europeu passava por várias transformações no seu quadro político e econômico. Tais processos de transformação serviram como premissa para a metamorfose evolutiva do capitalismo, permitindo que se instaurasse um processo de acumulação de terras e, conseqüentemente, de seus rendimentos nas mãos de uma elite burguesa crescente e que expropriou os camponeses de suas propriedades e meios de produção, tornando-os “livres” para vender sua força de trabalho para a classe burguesa que cada vez mais requeria essa mercadoria.

Nesse período, em que quase já não existia servos na Inglaterra, a maioria dos trabalhadores da terra eram livres e trabalhavam em sua própria propriedade para conseguir seu sustento. Mesmo os trabalhadores assalariados, que trabalhavam nas terras de algum senhor, vendiam por vontade própria seu trabalho durante um determinado período e recebiam certa quantidade de terra para trabalharem nela como se lhe pertencesse, mantendo-se ainda como camponês livre. Essa era, porém, uma classe pequena, que não representava o cenário da organização do trabalho e da economia do país.

Além disso, ainda possuíam o direito de utilizar as terras comunais, de onde podiam extrair lenha e outros materiais e deixar seu próprio gado pastar. Na Europa, especialmente

durante o feudalismo, era comum a divisão da terra entre o maior número possível de servos economicamente ativos. Embora as grandes propriedades senhoriais fossem uma realidade, o território inglês era pontilhado por inúmeras propriedades menores, que pertenciam aos camponeses livres.

Essa realidade começou a mudar definitivamente no final do século XV e no começo do século XVI. Com a dissolução dos séquitos feudais, uma grande quantidade de indivíduos livres (de qualquer senhor e qualquer meio de produção) viu-se lançada no mercado de trabalho, pronta para ser absorvida por quem dela pudesse dispor, por baixíssimos preços.

À medida que o poder feudal foi diminuindo, esse processo foi se dando com cada vez mais frequência e força, e essa diminuição de poder do senhor feudal deu-se em consequência de vários fatores. Em resistência ao crescimento do poder burguês e real, o próprio senhor feudal buscou ampliar seu domínio e influência.

Para isso, criava uma massa de trabalhadores, cada vez maiores, e alcançava esses objetivos expropriando camponeses de suas terras e tomando as mesmas para si (assim como as terras comunais que pudesse alcançar), camponeses esses que possuíam direito sobre suas terras, baseados nos mesmos estatutos legais que asseguraram a propriedade do senhor feudal sobre a sua terra (porém, diferente dos senhores feudais, os camponeses não possuíam poder bélico para resistir à expropriação violenta de suas terras). As consequências catastróficas que decorreram do expurgo de pequenos camponeses de suas terras foram descritas por William Harrison (1534-1593) em sua obra “*Description of England*”:

Se consultado’ - diz Harrison – ‘os inventários mais antigos de cada domínio senhorial, vemos que inúmeras casas e pequenas propriedades camponesas desapareceram, que o campo alimenta muito menos gente, que muitas cidades estão arruinadas, embora algumas novas floresçam [...]. Eu teria algo a contar sobre cidades e aldeias que foram destruídas para ceder lugares a pastagem de ovelhas e onde só restaram as casas dos antigos senhores (Harrison, 1577 *apud* Marx, 2013, p. 790).

O governo da época, representado pela figura do rei, buscava frear esse movimento de usurpação despovoadora da terra, visto que os pastos exigiam menos mão de obra que as lavouras, o que provocava a decadência de cidades e igrejas. Contudo, tanto a legislação quanto a própria população inglesa, que se colocaram contra a usurpação de terras e a expropriação de trabalhadores, fracassaram em frear o processo de acumulação de propriedades.

O motivo dessa mudança, segundo Marx (2013), foi que o trabalhador, ao ter sua própria terra, não precisaria vender sua força de trabalho, pois já contava com meios de

produção para se sustentar. Já nesse momento, o emergente sistema econômico capitalista necessitava que o mercado de trabalho estivesse repleto de trabalhadores livres e dispostos a vender sua força de trabalho. Dessa forma, os movimentos econômicos definiram como deveria ser a relação de propriedades na sociedade, enfatizando que a acumulação de propriedades para serem transformadas em capital deveria prosseguir.

Outro fator histórico crucial foi a Reforma Protestante no século XVI, que acelerou significativamente o processo de acumulação do capital. Antes da Reforma, a Igreja Católica era a maior proprietária de terras na Inglaterra. Com a supressão de seus poderes e o confisco de seus bens e terras, muitos servos hereditários de seus antigos domínios foram expulsos. Essas terras foram, então, vendidas ou arrendadas pelo governo real a pessoas favorecidas, por valores simbólicos.

Ademais, outros bens da Igreja, bem como a parte dos dízimos destinada aos camponeses empobrecidos, também foram confiscados. Somente no quadragésimo terceiro ano do reinado da rainha Elizabeth I, o pauperismo foi oficialmente reconhecido como um problema grave, resultando na criação do imposto para os pobres. A propriedade da Igreja desempenhava um papel profundo na determinação da organização socioeconômica do país. Após a Reforma, as instituições e os poderes na sociedade jamais voltariam a ser os mesmos.

Sob o reinado dos Stuarts, ocorreram importantes transformações sociais e econômicas na Inglaterra. Os proprietários fundiários impuseram uma expropriação legalizada na Inglaterra. Este período foi marcado também por políticas que favoreceram a consolidação de terras nas mãos dos proprietários fundiários, muitas vezes às custas dos direitos e terras dos camponeses. Essa expropriação legalizada contribuiu para a criação de grandes massas proletárias, uma vez que muitos camponeses foram expulsos de suas terras e as terras comunais foram progressivamente eliminadas, um processo que alcançou seu ápice no final do século XVIII.

A usurpação de terras, legitimada pelas leis parlamentares de cercamento das terras comuns (“*Bills for Inclosures of Commons*”), permitiu que cada grande proprietário adotasse métodos próprios para acumular mais terras. Muitos cercaram terras comunais próximas às suas, expulsando os camponeses. Essa prática resultou em consequências devastadoras para o povo expropriado, que, privado de outros meios de subsistência, viu-se forçado a vender sua força de trabalho e a comprar no mercado tudo que precisava, já que não produzia mais para si próprio, mas apenas para seus patrões em troca de salário. Como consequência, houve um aumento na demanda por trabalho, estimulando o crescimento das cidades e das manufaturas.

Assim, pode-se observar o quão opressivos e prejudiciais foram os cercamentos para o povo camponês expropriado, pois os tornava compulsoriamente proletários do campo ou da cidade e tornava a subsistência algo muito mais difícil, as condições de trabalho muito mais penosas e dificultava sobremaneira a qualidade de vida deles. Essas mudanças socioeconômicas mudaram de forma drástica a vida dos mais pobres, o salário dos trabalhadores agrícolas tornou-se insuficiente para que eles vivessem, tendo de ser complementado pelo auxílio advindo da lei dos pobres.

Essa situação remete ao cotidiano fronteiriço da sub-região do Vale do Jamanxim, Pará, onde padrões semelhantes de expropriação e transformação socioeconômica são observados. No Estado do Pará, a expansão agrícola e a exploração de recursos naturais têm levado à desapropriação de terras tradicionalmente ocupadas por comunidades locais e indígenas. Assim como na Inglaterra feudal, essas comunidades foram (e continuam sendo) frequentemente forçadas a abandonar seus modos de vida tradicionais, enfrentando a necessidade de se integrar a um sistema econômico que favorece a acumulação de capital em detrimento dos direitos e do bem-estar dessas populações.

A luta pela terra e os desafios para a sobrevivência refletem desigualdades históricas e continuam a ser questões imediatas, destacando a persistência de dinâmicas opressivas e prejudiciais na história humana e, também, no que diz respeito à utilização inadequada e predatórias dos recursos naturais, mesmo em tempos atuais. Mézaros (2011, p. 67 *apud* Carvalho, 2017, p. 145) reforça essa condição ao destacar que o capital: “(...) é uma relação de propriedade – o meio de produção alienado incorporado na propriedade privada ou estatal – historicamente criada (e historicamente transcendível) que é contraposta a cada produtor e governa a todos”.

O processo de expropriação prosseguiu de forma cada vez mais intensa através dos “*clearing of estates*” (ou clareamentos das propriedades rurais), no qual todos os métodos ingleses de expropriação foram utilizados de forma extensiva com o objetivo de livrar a terra de seus ocupantes, para que pudessem ser utilizadas como quisesse o usurpador das mesmas (geralmente para pasto de ovelhas). Após a derrota do Levante do Pretendente (tentativa de golpe de Estado em que as massas da Inglaterra e Escócia apoiaram a subida ao trono do jovem Charles Edward, em protesto indireto à usurpação de suas terras) a expropriação se intensificou grandemente no território britânico, o sistema de clãs (na Escócia) ruiu e os proprietários titulares das terras clânicas começaram a reclamar o direito à propriedade privada sobre elas, expulsando todos os que discordavam e quem mais desejasse.

No século XVIII, foi proibida a emigração dos expropriados, com o objetivo de impeli-los à força para as cidades fabris do país, em cidades como Glasgow, Manchester, Liverpool, entre outras. Um exemplo da forma bárbara como aconteciam as expropriações ocorre no episódio em que a duquesa de Sutherland decidiu transformar todo o condado em pasto para ovelhas. De acordo com Marx (2013, p. 523):

Essa pessoa, instruída em matérias econômicas, decidiu, logo ao assumir o governo, aplicar um remédio econômico radical, transformando em pastagens de ovelhas o condado inteiro, cuja população já fora reduzida a 15 mil em consequência de processos de tipo semelhante. De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, aproximadamente 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todos os seus vilarejos foram destruídos e incendiados; todos os seus campos transformados em pastagens. Soldados britânicos foram incumbidos da execução dessa tarefa e entraram em choque com os nativos. Uma anciã morreu queimada na cabana que ela se recusara a abandonar. Desse modo, a duquesa se apropriou de 794 mil acres de terras que desde tempos imemoriais pertenciam ao clã. Aos nativos expulsos ela designou cerca de 6 mil acres de terras, 2 acres por família, na orla marítima. Até então, esses 6 mil acres haviam permanecido ermos, e seus proprietários não haviam obtido renda nenhuma com eles. Movida por seu nobre sentimento, a duquesa chegou ao ponto de arrendar o acre de terra por 2 xelins e 6 pence às pessoas do clã que por séculos haviam vertido seu sangue pela família Sutherland. Toda a terra roubada ao clã foi dividida em 29 grandes arrendamentos, destinados à criação de ovelhas; cada arrendamento era habitado por uma só família, em sua maioria servos ingleses de arrendatários (Marx, 2013, p. 523).

Esse tipo de situação demonstra o desprezo da elite naquela época específica por aqueles que anteriormente eram donos das terras, as quais foram tomadas de forma violenta e de exploração exacerbada. Através da expropriação implacável de camponeses detentores de terras, do confisco de terras e outros bens, por parte da Igreja Católica, assim como da apropriação indevida de terras estatais e comunais, e do emprego de medidas extremamente repressivas nesses processos, os grandes senhores de terra realizaram a acumulação primitiva, elemento necessário para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Além do mais, consolidaram o controle sobre as terras para a agricultura capitalista e formaram uma ampla massa de trabalhadores despossuídos de seus meios de subsistência, um aspecto crucial para a operação das manufaturas e, posteriormente, da nascente grande indústria capitalista.

Esse processo histórico tem paralelos com os termos atuais da acumulação primitiva na fronteira paraense, particularmente na sub-região do Vale do Jamanxim, onde a expropriação de terras continua a ser uma prática. Lá, a expansão agroindustrial e a extração de recursos naturais frequentemente deslocam comunidades locais e indígenas, privando-as de suas terras e meios de vida tradicionais. Tal como ocorreu na Europa, essa rotina de acumulação primitiva nessa parte do Estado do Pará estabelece as bases para um

sistema econômico que prioriza a acumulação de capital em detrimento dos direitos e da sustentabilidade dos recursos naturais nas comunidades locais.

Na perspectiva da exploração dos recursos naturais para fins de produção, a sub-região do Vale do Jamanxim se destaca como o verdadeiro lócus de observação do processo de acumulação do capital, incluindo suas formas primitivas. O modelo de desenvolvimento projetado para esta região, vista como uma promissora provedora de recursos naturais do ponto de vista econômico, incentiva a expansão da fronteira e traz consigo toda a complexidade inerente aos conflitos, violência, ameaças, expropriação, ilegalidades e uma série de arbitrariedades nas ações do Estado e na falta de cumprimento do ordenamento jurídico legal. Esses elementos, de alguma forma, estão relacionados ou são resultados da acumulação primitiva do capital.

Considerando isso, ao analisar a produção do espaço na sub-região do Vale do Jamanxim, utilizando o aporte metodológico da concepção de fronteira, percebe-se que os métodos utilizados no processo de territorialização do capital apresentam muitas semelhanças com a compreensão marxista da acumulação primitiva. Isso é evidente na expropriação violenta e na separação do pequeno produtor rural dos meios de produção e subsistência, transformando-o em força de trabalho, especialmente na exploração dos recursos naturais do PARNA do Jamanxim.

As diferentes concepções de fronteira na zona de influência do Parque Nacional do Jamanxim

O objetivo desse tópico não é discutir a complexidade conceitual ou paradigmática fartamente existente sobre “Fronteira”, mas destacar as perspectivas analíticas dos principais autores da temática (Graziano, 1982; Martins, 1996; Turner, 2004; Velho, 2009; Becker, 2009; Carvalho, 2012, 2017), e suas simetrias com o processo de formação e expansão da fronteira na região de influência do Parque Nacional do Jamanxim.

Mediante esse propósito, a concepção de fronteira do ponto de vista do aspecto jurídico legal brasileiro, previsto no Artigo 20, parágrafo 2º da Constituição Federativa do Brasil de 1988, fronteira é um bem da União e definida como uma faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo dos limites terrestres, considerada fundamental para a defesa do território nacional, cuja ocupação e uso devem ser mediante regulamentação legal.

Para essa definição, a fronteira é vista como uma área estática e, sobretudo, estratégica do ponto de vista militar para fins de segurança do território político-administrativo do país. No entanto, o conceito de fronteira para as ciências assume outros

significados que vão para além de uma faixa imaginária e areal, contempla outros elementos extremamente importantes que possibilitam a compreensão das relações sociais que implicam na produção do espaço e no uso do território.

Nesse sentido, parte-se da concepção de que o conceito de fronteira é um constructo social, resultante de um processo histórico de produção que inicialmente está relacionado com a ocupação e expansão dos “espaços vazios” ou de baixa densidade demográfica, mas que ganha novas configurações no tempo e espaço. A essência desse conceito está nas relações sociais de produção e em seus reflexos, caracterizados, sobretudo pelo conflito, intolerância, violência, ambição, contradição, expropriação, precariedade das ações do Estado e pelo não cumprimento dos ordenamentos jurídicos legais, pois em áreas de fronteira se tem uma diversificada composição de grupos sociais, com distintos interesses de uso do território, que se torna dinâmica conforme interesses econômicos, determinados pelo mercado.

O historiador Frederick Jackson Turner (2004) analisou a fronteira econômica do Oeste dos Estados Unidos em seu seminal trabalho intitulado “*The Significance of History*”, com o objetivo de compreender o papel dessa fronteira na formação das instituições e da identidade nacionalista norte-americana no século XIX. A percepção do autor sobre a fronteira é que ela está intrinsecamente associada ao processo de aquisição de “terras livres”, marcado pela superação de povos considerados primitivos ou de natureza selvagem por meio da expropriação ou extermínio. Essa dinâmica acabou por transformar estes territórios em símbolos da formação de uma nova sociedade, fundamentada na vida moderna e na identidade estadunidense. Para o autor (2004), a fronteira é móvel e, assim, esse processo colonizador se expande à medida que a terra conquistada anteriormente cresce demograficamente ou pelo esgotamento do seu uso.

Ao apresentar a concepção sobre fronteira de Turner (2004) e analisando o contexto histórico-geográfico da política de ocupação da região amazônica, observa-se certa simetria no processo ou na tentativa de domínio do Estado brasileiro, iniciado com o nacionalismo do Estado Novo (1937-1946) no governo de Getúlio Vargas, cuja propaganda estatal “Brasil um país do futuro” e “Marcha para o Oeste” faz uma clara alusão à marcha estadunidense, e também uma representação da estratégia inicial do Estado em constituir uma frente pioneira capaz de ocupar os “vácuos demográficos”, como bem retratou Velho (2009). Sobretudo, durante o período dos governos militares (1964 - 1985), a consistente propaganda do grande vazio demográfico da região, aliada a outras intervenções territoriais e incentivos do Estado, promoveram uma forte migração de

“desbravadores” para a região, bem como abriu as fronteiras da Amazônia ao capital internacional.

Nesse fluxo de participação do Estado na ocupação e expansão da fronteira da região amazônica, destaca-se a “Operação Amazônia” e a criação de instituições para fins de desenvolvimento, como foi o caso da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Banco da Amazônia (BASA), bem como de condições infraestruturais e de incentivos fiscais para a produção do capital (Becker, 2009; Carvalho, 2017).

A vista desse protagonismo do Estado no condicionamento do território amazônico ao capital, Carvalho (2012), que discute a concepção de fronteira a partir de uma lógica econômica do novo institucionalismo, aponta a fronteira agrícola como propulsora e o elo institucional entre o desenvolvimento capitalista em curso e os espaços vazios, que tem como resultado a produção de espaços com baixo grau de ordenamento institucional e legal e domínio da acumulação do capital mercantil.

Segundo Becker (2005), é a partir desse contexto político e contemporâneo, do ponto de vista tecnológico, que a fronteira da Amazônia e seus recursos naturais são definitivamente apropriados pelo capital global. Embora a autora destaque uma mudança no processo de expansão da fronteira a partir da década de 1990, no sentido de o Estado instituir políticas de preservação ambiental, em especial com a criação de áreas protegidas, a quem ela a chama de “vetores ecológicos” que de alguma forma provocou certa estagnação na expansão da fronteira, o Estado permanece avançando com as condições infraestruturais de produção do capital “vetores técnicos industriais” (pavimentação de toda a rodovia BR-163 e sua privatização), que privilegia o capital em suas múltiplas vertentes e que está associado ao paradigma do modelo de desenvolvimento econômico predominante.

Assim o que há de novo na expansão das frentes é que são comandadas por madeiras, pecuaristas e sojeiros já instalados na região, que a promovem com recursos próprios [...]. Agora, as frentes estão mais localizadas em torno das estradas que já existiam, as que pretendem ser pavimentadas ou as abertas pelos próprios madeiros e pecuaristas (Becker, 2005, p. 80-81).

Essa análise histórica apresenta um ponto importante na discussão sobre fronteira, o seu caráter dinâmico no tempo e espaço, pois, ora aparece como uma espécie de “avalanche” sobre os espaços ditos vazios e com o total apoio do Estado, seja para os atores sociais que detêm os recursos financeiros e os meios de produção, seja para sujeitos sociais que chegam com a expectativa imaginária de trabalho e melhores condições de vida, ora como espaços fechados (valor de reserva), nos quais o próprio Estado, que tanto

incentivou a ocupação da região, mesmo de maneira incipiente, passa a instituir a lógica contemporânea do desenvolvimento sustentável, firmado nos acordos das convenções internacionais.

Essa dinâmica nas relações sociais, políticas, econômicas e ambientais é uma clara demonstração que a fronteira apresenta estágios ou tempos, que estão diretamente relacionados por situações determinadas pela lógica de produção do capital, a quem Carvalho (2019) denomina de metamorfose do sistema capitalista.

Essa abstração é fortalecida por Graziano (1982) ao dizer que a concepção central de fronteira não está meramente relacionada com espaços vazios localizados em regiões distantes, mas sim pela ótica do capital, do ponto de vista das relações sociais de produção. Segundo o autor, se a ideia de fronteira estivesse diretamente relacionada somente com a simplista concepção de espaços vazios, à medida que esses espaços fossem ocupados acabaria a discussão de fronteira. Para Graziano, essa ocupação não necessariamente representa o esgotamento da fronteira – visto que essa é condicionada pelas relações de produção –, mas sim um “fechamento” do fluxo migratório e a territorialização dos atores sociais. Segundo este autor, é durante o processo de fechamento e sua consolidação que a fronteira acaba se tornando uma zona de conflitos.

Na concepção de Martins (1996), que tece uma crítica as demasiadas abordagens sobre fronteira no Brasil que privilegiam o aspecto ideológico do Estado, do ponto de vista da frente pioneira na conquista dos “espaços vazios” e na formação da civilização, só faz sentido discutir fronteira no país, em especial na Amazônia, a partir da compreensão do processo inicial de ocupação e formação territorial, com destaque, sobretudo à frente pioneira e a frente de expansão, cujos conflitos sociais inerentes a essas frentes são a expressão mais significativa para se estabelecer uma abordagem sobre o seu conceito, dada a busca pelo poder em uma zona de coexistência de forças que se constitui em um território concorrencial capitalista e que apresenta como resultado a negação do que está ou estão do outro lado dessa linha imaginária, sobretudo os indígenas e os camponeses.

A abstração dessas perspectivas teóricas interdisciplinares apresentadas sobre fronteira é que a presença daquilo que é essencial na discussão contemporânea da temática, do ponto de vista das relações sociais de produção capitalista e todos os desdobramentos, são mantidos pelos autores, pois o que move a fronteira amazônica e a torna uma abordagem teórica em voga são as relações sociais e de produção, constituídas nesses espaços. E se tratando da área de influência do PARNA do Jamanxim, no Estado do Pará é possível identificar essa essência por meio de ações primitivas de acumulação do capital.

|Sociedade, recursos naturais e desenvolvimento na(s) fronteira(s) da Amazônia brasileira|

Destarte, o Estado brasileiro, ao operacionalizar o modelo de desenvolvimento estrategicamente projetado para a Amazônia Legal, pautado na linha condutora de que era preciso explorar as riquezas naturais da região para gerar riqueza econômica e posteriormente desenvolvimento social, expõe que o real sentido dessa política de expansão econômica é incorporar novos territórios à produção capitalista em detrimento de um contingente humano marginalizado do capital.

Assim, a produção do espaço e o uso do território na zona de influência, lócus desse artigo, apresentam vetores técnicos extremamente importantes para o estabelecimento e expansão da fronteira na região, a exemplo da rodovia BR-163, que interliga a cidade de Cuiabá no Estado do Mato Grosso à cidade de Santarém no Estado do Pará, construída na década de 1970, e a criação dos polos de desenvolvimento, com destaque ao madeireiro e mineral, que somados à federalização de terras (Decreto-Lei nº 1.164, de 1 de abril de 1971) de cem quilômetros nos dois lados da referida rodovia, favoreceram a lógica capitalista e a formação de um contingente de mãos de obra marginalizados desse processo, que se sujeitam as condições primitivas de ampliação do capital para sobreviverem ou que, de alguma forma, tenta entrar no circuito do capital.

À vista desse processo, tem-se ao longo do perímetro da BR-163 que compreende o PARNA do Jamanxim, uma composição social caracterizada por uma heterogeneidade de pessoas que não se restringe somente à perspectiva da nacionalidade/naturalidade, mas também compreende seu caráter político, econômico, cultural e ambiental, que é resultante de diferentes arranjos socioespaciais do processo de ocupação conduzido pelas políticas de Estado e a alta tecnologia que dinamizam os modos de produção na região.

Dados dos últimos quatro censos demográficos realizados pelo IBGE, conforme Tabela 1, evidenciam, por exemplo, o crescimento da população do município de Novo Progresso-PA, localizado a aproximadamente 130km do PARNA do Jamanxim, cujas principais atividades econômicas do município estão relacionadas com a mineração, madeireira e pecuária.

Tabela 1 – Censo demográfico do município de Novo Progresso-PA

CENSO DEMOGRÁFICO (ano)	NOVO PROGRESSO-PA (população)
1992	5.962 habitantes
2000	24.948 habitantes
2010	25.124 habitantes
2022	33.638 habitantes

Fonte: IBGE (1992, 2000, 2010 e 2022).

Conforme as perspectivas teóricas sobre fronteira, vistas anteriormente, o processo de povoamento é uma das fases iniciais importantes para caracterizar a formação de uma zona de fronteira; todavia, são as relações sociais de produção que fundamentalmente a

define como tal. Nesse aspecto, tomando o município de Novo Progresso como análise, observa-se que, na década de 1990, a população do município de Novo Progresso, no Estado do Pará, teve um acréscimo considerável, não somente pela emancipação e criação do município, mas, sobretudo pela política de polarização do Estado (Polamazônia – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia / Ministérios do Interior, Agricultura e Transportes), com destaque para as atividades econômicas relacionadas à indústria madeireira, mineralógica e da pecuária, para fins de ocupar e desenvolver essa região.

No censo de 2000 e 2010, observa-se um crescimento estável da população, resultante do processo de fechamento da fronteira, em sua perspectiva de ocupação dos espaços vazios, realizada por atores sociais que economicamente se distinguem da grande massa populacional do município, bem como pelo contexto político e ambiental, com a criação de áreas protegidas naquela região.

Já o último censo demográfico apresenta um crescimento de 33,8% da população municipal, que seguindo o escopo da abordagem está associado, sobretudo à ideologia política do governo Bolsonaro, no período de 2019 a 2022, que flexibilizou os instrumentos jurídicos de regulação e fragilizou os órgãos de fiscalização ambiental, facilitando a ação de atividades econômicas ilegais que predominam no município e adjacências e aquecem a economia local, promovendo pequenas migrações intra-regionais e intermunicipais.

O fato é que a ocupação dos espaços vazios e as relações sociais de produção na região, ao longo do contexto histórico-geográfico e conseqüentemente sua expansão, promoveram para além das problemáticas inerentes à fronteira, já citadas anteriormente, implicações de natureza ambiental, uma vez que esses fluxos migratórios, em especial de alguns sujeitos sociais detentores de recursos financeiros e de meios de produção, degradam de modo acelerado vastas áreas de florestas nativas para fins de promover atividades econômicas que conduzem a dinâmica da produção capitalista presente na região de fronteira.

Nesse sentido, a área de influência na qual se localiza o PARNA do Jamanxim, por se tratar de zona de fronteira, sobretudo a agrícola e a mineral, aliadas aos circuitos produtivos de grãos, em que uma das características é a precariedade das ações do Estado e conseqüentemente o não cumprimento dos ordenamentos jurídicos legais, embora exerça papel importante na preservação desse espaço territorial protegido, sofre forte pressão dessas atividades, que não o torna imune às ações ilegais de exploração dos seus recursos naturais.

|Sociedade, recursos naturais e desenvolvimento na(s) fronteira(s) da Amazônia brasileira|

Dentre as atividades ilegais que operam no PARNA do Jamanxim, Margarit (2017) e Silva Júnior *et al.* (2021), destacam a exploração madeireira e de minérios, favorecidas pela precariedade das ações de comando e controle do Estado e de relações clientelistas inerentes a interesses e favorecimentos envolvendo os atores sociais a elite política e até mesmo agentes públicos, realidade que faz parte do cotidiano da área de abrangência da rodovia BR-163.

À vista desse contexto de complexidade, buscou-se analisar os dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) inerentes aos autos de infração que culminaram em multas e embargos, bem como aqueles que cabiam somente o auto de infração, no PARNA do Jamanxim, no período de 2014 a 2022, com fins de constatar as atividades econômicas que operam na referida unidade de conservação, as quais estão apresentadas no Quadro 1.

Constatou-se que, de fato, essas atividades econômicas não só exploram os recursos naturais do referido PARNA, como também empregam modos operantes que remetem à acumulação primitiva do capital. Na prática, a execução dessas atividades econômicas requer todo um aparato logístico inerentes aos meios de produção e financeiros, os quais estão concentrados nas mãos dos atores sociais que detêm essa massa de recurso, bem como da força de trabalho, esta última encontrada com facilidade na região, resultante dos processos migratórios e do próprio processo de acumulação primitiva do capital, cujos trabalhadores se vestem de um encorajamento intermediado pelo discurso da ausência do Estado, mas, sobretudo da necessidade de trabalho para sua manutenção, a qual faz com que se sujeitem a exploração do capital.

Quadro 1 – Autos de Infrações Ambientais e Embargos realizados pelo ICMBio no PARNA do Jamanxim (2014 a 2022)

ANO	ATIVIDADES	EMBARGO (QTD)	EMBARGO TOTAL (QTD)	AUTOS DE INFRAÇÃO POR ATIVIDADES	AUTOS APLICADOS (QTD)	AUTOS APLICADOS TOTAL (QTD)
2014	Mineração	4	4	Mineração	4	7
				Madeireira	1	
				Contra flora e outros	2	
2015	Mineração	12	13	Mineração	6	14
				Madeireira	1	
				Pecuária	2	
	Contra flora e outros	1	Contra flora e outros	5		
2016	Mineração	5	13	Mineração	5	16
				Madeireira	1	
				Contra flora e outros	7	
2017	Mineração	3	6	Mineração	4	8
				Madeireira	1	
				Contra flora e outros	2	
2018	Mineração	2	10	Mineração	4	10
				Pecuária	2	
				Contra flora e outros	5	
2019	Mineração	2	15	Mineração	2	8
				Pecuária	1	

	Contra flora e outros	12		Contra flora e outros	5	
2020	Mineração	1	11	Mineração	2	13
	Madeira	3		Madeira	3	
	Pecuária	1		Pecuária	2	
	Contra flora e outros	6		Contra flora e outros	6	
2021	Mineração	2	6	Mineração	2	3
	Contra flora e outros	4		Contra flora e outros	1	
2022	Mineração	42	250	Mineração	5	34
	Pecuária	53		Pecuária	25	
	Contra flora e outros	152		Contra flora e outros	4	

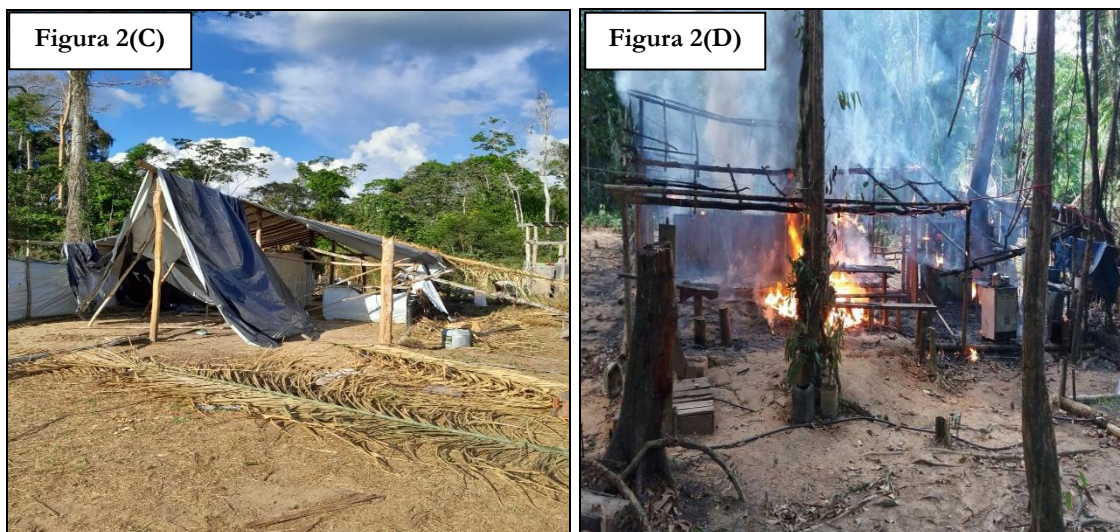
Fonte: Silva Júnior *et al.* (2023).

Essa configuração socioespacial reflete nas precariedades das forças de trabalho ou mesmo na sua ilegalidade. As Figuras 2(A), 2(B), 2(C) e 2(D) retratam as operações de fiscalização ambiental no PARNA do Jamanxim, realizadas pelo ICMBio em parceria com a Polícia Ambiental do Estado do Pará, cujos infratores representam a classe trabalhadora vítima do processo de acumulação primitiva do capital que se sujeitam à ilegalidade, aos riscos e às condições análogas a de escravo para conseguir os meios mínimos de subsistência.

Segundo informações coletadas junto ao Policial Militar do Estado do Pará C.A.S.L, lotado no Batalhão de Polícia Ambiental, esses cidadãos infratores se sujeitam a condições de extrema precariedade, seja na perspectiva de alojamento (barracas somente com a cobertura, geralmente de lona plástica), alimentação (arroz, feijão, farinha, carne seca, caça ou peixe), hidratação (água não potável) ou nas exaustivas jornadas de trabalho (07h as 18h), bem como nos riscos inerentes à floresta amazônica (acidentes com animais peçonhentos e doenças).

Figura 2(A) – Infratores ambientais abordados pelo BPA e ICMBio explorando madeira do Parna do Jamanxim. **Figura 2(B)** – Caminhão apreendido transportando madeira ilegal extraída do PARNA do Jamanxim. **Figura 2(C)** – Identificação de acampamento no PARNA do Jamanxim. **Figura 2(D)** – Destruição de acampamento de garimpo no PARNA do Jamanxim





Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BPA.

Todas essas peculiaridades presentes na ilegalidade da apropriação dos recursos naturais no PARNA do Jamanxim são atenuadas pelo processo de endividamento desses operários com os sujeitos sociais que detêm os meios de produção e financeiros, que ocorrem desde sua ida para a floresta, passando pelo período de exploração, os quais necessitam de alimentação e remédios, outra grande maioria de bebidas alcoólicas e cigarros, até seu retorno para a cidade.

Em todas as operações que participei eu nunca vi pegarem o patrão, só os peões, que a gente chama de laranja [...]. Eles nos relatam que aceitam esses serviços porque precisam sobreviverem, ficam meses trabalhando desde o nascer ao pôr do sol, dormindo em barracões cobertos por lona plástica construídos as margens de rios onde tomam banho e bebem água [...]. Na atividade garimpeira a moeda é o próprio ouro, onde é descontado as despesas com o rancho, a cachaça e o cigarro em valores triplicados [...]. É comum encontrar nesses barracões de garimpo, uma mulher que faz a comida dos peões e também se prostitui (C.A.S.L, Policial Militar do Pará, lotado no Batalhão de Polícia Ambiental. Entrevista concedida em 11/10/2023).

Essas sujeições da força de trabalho exprimem os traços da acumulação primitiva do capital, tão presente no Estado do Pará, sobretudo em regiões de fronteira, constituindo condições de expansão do capitalismo de maneira ampliada.

Conclusão

Observou-se que a acumulação primitiva constitui um processo de usurpação dos direitos e dos meios de produção dos trabalhadores. Consequentemente, foram forçados a vender o único recurso que lhes restava: a sua força de trabalho. Assim, transformaram-se em proletários “inteiramente livres”, uma condição necessária para o nascente sistema

capitalista, que buscava explorar essa força de trabalho para crescer e aumentar seu capital, perpetuando a dinâmica do sistema.

Do ponto de vista histórico, o presente artigo demonstrou que o processo de acumulação primitiva não ocorreu de maneira extremamente rápida ou uniforme, mas sim de forma gradual e intermitente, tanto temporal quanto geograficamente, inclusive tem acontecido de forma recorrente na fronteira da sub-região Vale do Jamanxim, Estado do Pará. É importante considerar também o nível tecnológico da época, especialmente em relação à comunicação de longa distância e ao compartilhamento de informações, frequentemente restrito às elites. Isso dificultava a organização e o poder de reação dos trabalhadores, que estavam constantemente preocupados com sua própria sobrevivência.

Esse cenário histórico possibilitou, a longo prazo, um “adestramento social”, levando grande parte da população, relegada à penúria pela acumulação primitiva, a aceitar o novo sistema de produção e de vida como algo “natural”. Esta anomalia foi causada pela falta de acesso ao conhecimento sobre a própria história dos trabalhadores e a de seus ancestrais, manipulação esta perpetrada, evidentemente, pelos interesses do capital e de seus detentores.

Na sub-região Vale do Jamanxim, a fronteira é um reflexo vivo da acumulação primitiva em ação no território paraense, onde a disputa por terra e recursos naturais se manifesta na realidade cotidiana das pessoas. Este contexto sublinha a importância de uma abordagem que reconheça a fronteira não apenas como um limite físico, mas como um espaço dinâmico de transformação social e econômica, cujo entendimento é fundamental para abordar as questões de desenvolvimento sustentável e justiça social na era contemporânea.

Destarte, a compreensão sobre fronteira enquanto categoria analítica se torna extremamente importante na medida em que sua abordagem apresenta uma reflexão teórica e crítica sobre as convergências de forças das relações sociais de poder que dinamizam a produção no território, não pelo paradigma dos “desbravadores selvagens” e da construção do espaço conquistado, mas, sobretudo, pelo seu caráter dinâmico, contraditório e de interesses e conflitos entre os grupos sociais. Essa categoria analítica nos revela que o imaginário do “novo” presente no paradigma da fronteira, em muitos casos reproduzem antigas formas de dominação social e reprodução ampliada do capital.

Essa compreensão fortalece que a dinâmica territorial na fronteira da zona de influência do PARNA do Jamanxim foi e ainda continua sendo condicionada pelo modelo de desenvolvimento projetado para a Amazônia Legal. Embora tenha ocorrido certa mudança do papel do Estado e o surgimento de vetores técnicos ecológicos, esse modelo

permanece atrelado à exploração dos recursos naturais por diversas atividades econômicas que refletem a polarização da ideologia política executada desde a década de 1960 na região.

A abordagem do modelo de desenvolvimento em vigor está correlacionada com os preceitos do modelo de desenvolvimento sustentável, conceitualmente bem discutido, mas que busca se operacionalizar. Essa abordagem mostrou que mesmo o Estado instituindo vetores técnicos ecológicos, e de alguma forma reconfigurando o uso do território e a si próprio, as ações perversas do modelo vigente, do ponto de vista da exploração da força de trabalho e dos recursos naturais, prevalecem, pois o desenvolvimento é, em sua essência, contraditório e a fronteira se apresenta como o cenário que vislumbra as alteridades existentes.

Deste modo, o PARNA do Jamanxim, visto como novo território da ação pública, sofre um paradoxo entre as ações organizadas por esse mesmo Estado que o cria, a depender da ideologia política, pois ao mesmo tempo que sinaliza para uma nova proposta de desenvolvimento sustentável na Amazônia, por outro lado, estimula os atores sociais a atuarem como agentes indutores das economias destrutivas desses espaços protegidos, cujos traços da acumulação primitiva do capital aparecem nos modos de operação dessas atividades exploratórias.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO E SANEAMENTO BÁSICO – ANA. **Dados Abertos**. 2023. Disponível em:

<<https://dadosabertos.ana.gov.br/search?groupIds=084346aa5c18467782432f48bb687f8>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BECKER, Bertha Koiffmann. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, p. 71-86, 2005. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CARVALHO, André Cutrim. **Expansão da fronteira agropecuária e a dinâmica do desmatamento florestal na Amazônia paraense**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em:

<<https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/10994>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

CARVALHO, André Cutrim. Frontiers and Economic Institutions in Brazil: an approach focused on the new institutional economics. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 1, p. 125-147, mar. 2017. Disponível em:

<<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5225>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

CARVALHO, André Cutrim. A metamorfose do sistema capitalista e as leis do movimento do capital. **Cadernos CEPEC**, v. 2, n. 7-12, abr. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/686>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

GIL, Antonio Carlos [et al.]. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HARRISON, William. **Description of England. Holinshed's Chronicles**. 1577. Disponível em: <<https://sourcebooks.fordham.edu/mod/1577harrison-england.asp>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades 1992, 2000, 2010 e 2022**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Malhas territoriais. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=malha+territorial>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Jamanxim**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/parna-do-jamanxim/arquivos/plano_de_manejo_pn_jamanxim_versao_V_13.12.2021.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, v. 8, p. 25-70, 1996.

MARGARIT, Eduardo. **Fronteira Agrícola na Amazônia: capitalismo e circuitos produtivos**. Curitiba: Appris, 2017.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013

MÉSZAROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT. **Base georreferenciada – Rodovias**. Acesso em: <<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/dados-de-transportes/bit/bit-mapas>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Dados georreferenciados CNUC**. 2023. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/dados-georreferenciados.html>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzales Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SILVA JÚNIOR, Antônio Rodrigues da; FERREIRA, Bruno Monteiro; NUNES, Ivon Gleidston Silva. O papel das unidades de conservação na fronteira da região sudoeste da Amazônia paraense: uma alternativa de gestão e combate ao desmatamento. In: CUTRIM CARVALHO, André. **Gestão ambiental nos trópicos úmidos: impactos das ações humanas nos recursos naturais das fronteiras amazônicas.** São Paulo: Editora Científica, 2021. p. 50-70. Disponível em: <<https://www.editoracientifica.com.br/artigos/o-papel-das-unidades-de-conservacao-na-fronteira-da-regiao-sudoeste-da-amazonia-paraense-uma-alternativa-de-gestao-e-combate-ao-desmatamento>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SILVA JÚNIOR, Antônio Rodrigues da; NASCIMENTO, Monique Bezerra. Fronteira de contenção ambiental na sub-região Vale do Jamanxim, Pará, Brasil: uma análise do Parque Nacional. **Espacio Abierto. Cuaderno Venezolano de Sociología**, v. 32, n. 4, p. 120-144, out./nov. 2023. Disponível em: <<https://produccioncientificaluz.org/index.php/espacio/article/view/41060/47209>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na história americana. In: KNAUSS, Paulo (Org.). **Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner.** Niterói: EdUFF, 2004.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento.** 2009. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/p8pr7>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Como citar:

ABNT

SILVA JÚNIOR, A. R.; CUTRIM CARVALHO, A.; MONTEIRO, I. G. S. O capital na fronteira: explorando as raízes da acumulação primitiva na zona de influência do Parque Nacional do Jamanxim, Pará, Brasil. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 10, n. 02 (ed. esp.), e23047, 2024. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e23047>>. Acesso em: 16 dez. 2024.

APA

Silva Júnior, A. R., Cutrim Carvalho, A., & Monteiro, I. G. S. O capital na fronteira: explorando as raízes da acumulação primitiva na zona de influência do Parque Nacional do Jamanxim, Pará, Brasil. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 10, n. 02 (ed. esp.), e23047, 2024. Recuperado em 16 dezembro, 2024, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e23047>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.
Copyright © 2024, Universidade Federal do Maranhão.

